



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE - PB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE LETRAS, LINGUÍSTICA E ARTES - FALLA  
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**DÉBORA VIEIRA DE SOUSA**

**MEDIAÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DO  
AUTISMO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

**CAMPINA GRANDE  
2024**

**DÉBORA VIEIRA DE SOUSA**

**MEDIAÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DO  
AUTISMO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a faculdade de Letras, Linguística e Arte – FALLA, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras.

**Área de concentração:** Linguagens.

**Orientador:** Prof. Me. Diêgo de Lima Santos Silva

**CAMPINA GRANDE  
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725m Sousa, Debora Vieira de.  
Mediação no ensino de língua portuguesa no contexto do autismo [manuscrito] : desafios e possibilidades / Debora Vieira de Sousa. - 2024.  
40 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Faculdade de Linguística, Letras e Artes, 2024.

"Orientação : Prof. Me. Diêgo de Lima Santos Silva, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Ensino de língua portuguesa. 2. Inclusão. 3. Transtorno do Espectro Autista - TEA. I. Título

21. ed. CDD 372.6

Elaborada por Luciana D. de Medeiros - CRB - 15/508

BS-  
CEDUC/UEPB

**DÉBORA VIEIRA DE SOUSA**

**MEDIAÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DO  
AUTISMO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Trabalho de Conclusão de Curso da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciada em Letras.

Aprovada em: 29/05/2024.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Me. Diêgo de Lima Santos Silva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profa. Dra. Paula Almeida de Castro (Membra Avaliadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profa. Dra. Tatiana Cristina Vasconcelos (Membra Avaliadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho ao meu pai Paulo (*in memoriam*), que embora não esteja mais presente fisicamente para celebrar essa conquista comigo, porém sinto que sempre vai está me guindo e me apoiando. Obrigada por me ensinar que o estudo é meu bem mais valioso.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma jornada acadêmica que não seria possível sem o apoio de várias pessoas ao meu redor.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

À minha mãe Elizângela e ao meu pai Paulo (*in memoriam*), minha gratidão, por todos seus esforços, amor e por sempre acreditarem em mim. Vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu orientador Diêgo Lima, agradeço por sua paciência, conhecimento e orientação, foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu noivo Afonso, que esteve comigo deste o período de dificuldade para iniciar a graduação e me apoiou em toda essa jornada, sou imensamente grata por tudo.

Agradeço à minha tia Nilza, iniciei esse curso por causa do seu incentivo. Ao meu irmão Diego, aos meus primos Emerson, Luiza, Lucas e demais familiares, pelo apoio.

Aos meus amigos Mariana, João Pedro, Fábio, Albino, Manuela, Aparecida e Ires, que tornaram essa jornada mais leve e especial. Sua amizade e incentivo foram fundamentais.

Às professoras de Língua Portuguesa do ensino médio da escola pesquisada em Campina Grande-PB, pelo tempo dedicado a responder o questionário.

Por fim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente me incentivaram a caminhar rumo à vitória almejada, obrigada!

“Todo aprendizado é um desafio, mas  
todo desafio é uma chance de aprender!”  
- Gretchen Stipp

## RESUMO

Este presente trabalho discorre sobre o ensino de língua portuguesa para o estudante autista e os desafios e possibilidades para o exercício do docente por meio de um questionário aplicado com professoras de português do ensino médio em sala de aula regular em uma escola estadual na cidade de Campina Grande-PB. Apresenta-se que a escola seja o local onde se desenvolvem o saber, a socialização, a capacidade cognitiva e outros aspectos. O objetivo geral é destacar os principais desafios enfrentados pelos professores de língua portuguesa no que tange a aplicação dos conteúdos para estudantes que estão no transtorno do espectro autista. Nos objetivos específicos pontuamos analisar a literatura e os marcos legais de inclusão de alunos autistas, realizar entrevista com docentes de língua portuguesa da rede básica e discutir os resultados encontrados. Como vozes teóricas utilizamos Libâneo (1998), Freire (2003), Vygotsky (2006) entre outros, que corroboram com a discussão ora apresentada. Ao término pode-se confirmar que é fundamental a personalização de aulas e atividades, mas também de formação continuadas para a compreensão das demandas dos alunos atípicos, e com isso construir um cenário educacional que contribua efetivamente para o crescimento e aprendizado, visando à inclusão e à formação integral dos alunos.

**Palavras-chave:** língua Portuguesa; professores; autistas; inclusão.



## **ABSTRACT**

This present work discusses the teaching of the Portuguese language to autistic students and the challenges and possibilities for teaching through a questionnaire applied to high school Portuguese teachers in a regular classroom at a state school in the city of Campina. Grande-PB. It is suggested that the school is the place where knowledge, socialization, cognitive capacity and other aspects develop. The general objective is to highlight the main challenges faced by Portuguese language teachers when it comes to applying content to students with autism spectrum disorder. The specific objectives include analyzing the literature and legal frameworks for the inclusion of autistic students, conducting interviews with Portuguese language teachers from the basic network and discussing the results found. As theoretical voices we use Libâneo (1998), Freire (2003), Vygotsky (2006) among others, which corroborate the discussion presented here. In conclusion, it can be confirmed that it is essential to personalize classes and activities, but also to continue training to understand the demands of atypical students, and with this to build an educational scenario that effectively contributes to growth and learning, aiming at inclusion and to the comprehensive training of students.

**Keywords:** portuguese language; teachers; autistic; inclusion.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE: Atendimento Educacional Especializado

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

PNEEPEI: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

TEA: Transtorno do Espectro Autista

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	10
2	<b>REFERENCIAL TEORICO.....</b>	13
2.1	<i>Contexto histórico dos direitos das pessoas com TEA.....</i>	13
2.2	<i>Escola e a inclusão.....</i>	17
2.3	<i>O papel mediador do professor de língua portuguesa.....</i>	19
3	<b>METODOLOGIA.....</b>	22
3.1	<i>Resultados e discussões.....</i>	24
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	34
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	36
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....</b>	38
	<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	39

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de monografia para a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso apresenta um estudo de pesquisa qualitativa com essa metodologia aplicada na construção desse estudo que se originou por meio de uma pesquisa bibliográfica e de entrevistas com docentes da rede básica pública de ensino médio. O elemento norteador é a investigação sobre o Ensino de Língua Portuguesa para o estudante autista: desafios e possibilidades no o exercício docente. Como os professores de Língua Portuguesa do ensino médio medeia o ensino dos alunos com transtornos do espectro do autismo (TEA) nas escolas regulares? Uma questão a ser pesquisada para compreender melhor o tema.

De acordo com Tomatis (1994), o termo autismo vem de origem grega, seu conceito remete á próximo ou de si mesmo, cuja referência aborda o sujeito que não demonstra relevância pelas coisas que os cercam, tornando-se pessoas reprimidas e isoladas do mundo exterior.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio de desenvolvimento complexo que se caracteriza por déficits na comunicação oral e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos sociais. Pessoas com autismo poderão apresentar prejuízos, tanto na linguagem verbal, quanto na não verbal. Apresentam dificuldades em compreender expressões faciais, gestos, símbolos e metáforas.

Algumas pessoas com TEA podem emitir palavras ou frases sem a intenção de se comunicar, como um exemplo, podem repetir diálogos de filmes, animações ou mesmo palavras faladas por pessoas que fazem parte de sua rotina. Classificado em três níveis de gravidade, são eles: Grau leve (Nível 1); Grau moderado (Nível 2) e Grau severo (Nível 3).

A porcentagem de crianças e adolescentes em todo o mundo é de 1%, conforme diversas pesquisas internacionais realizadas nos Estados Unidos, Europa e Ásia. Uma pesquisa feita pela CDC (Centros de Controle e Prevenção de Doenças), a estimativa brasileira referente ao número de pessoas com autismo indica dois milhões de brasileiros, e 60 a 70% das pessoas que apresentam autismo têm deficiência intelectual.

Esse distúrbio é uma característica de alguns estudantes que precisa ser levado em consideração no momento de planejamento de atividades para que ele se sinta acolhido e, assim, tenha em desenvolvimento escolar um resultado satisfatório, dentro do esperado para ele. Embora a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais precise ser realizada, as dificuldades encontradas pelos educadores acabam por desfavorecer os processos de inclusão.

Na Constituição de 1988 no artigo 208 assegura a todos os brasileiros direitos sociais como, a educação, a saúde, a moradia, a segurança entre outros, afinal são direitos adquiridos para um Estado igualitário e democrático. Por meio desse direito oferecido pelo Brasil, temos a importante Declaração de Salamanca de 1994, da qual o documento exemplifica o papel da escola em acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, reforçar o combate às atitudes discriminatórias, no âmbito escolar do ensino regular e, assim sendo, respeitando o movimento de inclusão social.

Diante disso, confirmamos que:

(...) a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p.01).

Nesta pesquisa buscou-se compreender como acontece essa mediação do professor de Língua Portuguesa quanto ao ensino-aprendizagem do educando com TEA, observando o que os documentos oficiais falam sobre essa inclusão, fazendo um breve resgate histórico da Educação Especial no Brasil, de como esses direitos constitucionais foram conquistados ao longo dos anos e através de questionários aplicados pelo google forms com três professoras de Língua Portuguesa do ensino médio de escola estadual na cidade de Campina Grande-PB, por meio desse questionário constatar como as Professoras de Língua Portuguesa adaptam suas estratégias pedagógicas para melhores resultados em sua prática docente favorecendo a educação inclusiva dos seus alunos que estão no espectro autista.

Justifica-se esse estudo, pela necessidade de preparação e mediação do professor de Língua Portuguesa, que tenha por finalidade contribuir para que

aconteça de fato a interação desse alunado, ou seja, para o real desenvolvimento das habilidades dos alunos com TEA. O professor é figura essencial do saber por representar um elo intermediário entre o estudante e o conhecimento disponível no ambiente. A figura do professor como interação, é essencial na aprendizagem. É fundamental a importância de sua relação com o estudante para que ele se aproprie de conhecimentos durante sua vida escolar, visto que é nessa vivência que o indivíduo é preparado para a vida em sociedade, aprendendo a perceber e compreender as diferentes situações interativas que ocorrem ao seu redor para que possa analisar de forma crítica e reflexivamente a sua realidade.

Queremos enfatizar que em momento algum consideramos julgar o desempenho dos professores em sua prática docente, a relação entre o professor e o aluno, ou as ferramentas didáticas disponíveis na sala de aula de ensino regular. Nosso objetivo foi apenas destacar a importância da mediação e da preparação do professor de Língua Portuguesa no sentido de facilitar a efetiva interação desse grupo de alunos, ou seja, para promover o verdadeiro desenvolvimento das habilidades dos estudantes com TEA.

Por essa razão, temos como objetivo geral: destacar os principais desafios enfrentados pelos professores de língua portuguesa no que tange a aplicação dos conteúdos para estudantes que estão no transtorno do espectro autista.

Quanto aos objetivos específicos, dividimos em:

- a) Analisar a literatura e os marcos legais de inclusão de alunos autistas.
- b) Realizar entrevista com docentes de língua portuguesa da rede básica.
- c) Discutir os resultados encontrados.

## 2 REFERENCIAL TEORICO

### 2.1 Contexto histórico dos direitos das pessoas com TEA.

Foi a partir de 1970 que a Educação Inclusiva no Brasil começou a ser discutida e os órgãos públicos responsáveis começaram a criar políticas para favorecer a promoção da educação para as pessoas com deficiências.

Leis e os documentos foram concebidos para garantir o sucesso da inclusão, e as escolas deveriam responder aos alunos necessitados e repensar o modelo de educação que lhes deve ser ministrado.

Entre elas, a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre o Direito a Educação e o Dever de Educar, no Art.4:

Prevê o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com a criação da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual está contemplava no seu Título X “A Educação de Excepcionais” e apresentava algumas preocupações que são expostas no artigo 88, afirmando que a educação dos excepcionais deve se incorporar no sistema geral de educação, buscando incorporá-los dentro da comunidade (BRASIL, 1961).

Vários documentos foram gerados ao longo dos anos por organizações internacionais no intuito de garantir o direito universal à educação, assim como também orientar o processo de inclusão, tais como:

**Tabela 1 – Criações de leis**

<b>Lei e ano</b>	<b>Normativa</b>
Declaração de Cuenca (1981).	Recomendava em seus documentos a retirada de barreiras físicas e a participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões a seu respeito.
Declaração Mundial sobre Educação para	Satisfazer as necessidades básicas da

Todos – UNESCO (1990).	aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.
Normas Uniformes para Pessoas com Incapacidades, aprovadas em Assembleia Geral das Nações Unidas (1993).	Aprova as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências.
Declaração de Salamanca, de Princípios, Política e Prática em Educação Especial – UNESCO (1994).	Pessoas portadoras de deficiências deveriam receber prioridade de acesso a tais programas. Cursos especiais também poderiam ser desenvolvidos no sentido de atenderem às necessidades e condições de diferentes grupos de adultos portadores de deficiência.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU (2006).	Tem por diretrizes: proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que foi instituída com a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a qual também é conhecida como - Lei Berenice Piana - que assegura o acesso à educação para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista e ainda infere no Art. 7º: “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”.

No Brasil, as leis e os documentos foram criados no intuito de garantir o sucesso da inclusão. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, por exemplo, que assegura e defende o direito de todos a educação, no seu artigo 208, inciso III fala sobre a garantia e a oferta ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, capítulo V, em destaque os artigos 58, 59 e 60 que tratam da Educação Especial, define que a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino de forma que lhes assegure recursos educativos, métodos e adaptações específicas para atender as suas necessidades.

Diante dessas leis, percebe-se que o estudante com deficiência deve ter seu direito à educação garantido nas escolas regulares. Essas escolas tem o dever de realizar as matrículas de todos os estudantes e garantir que eles recebam um ensino de qualidade, que este estudante seja incluído nesse ambiente.



Dessa forma, entende-se que a Inclusão não é estrutural no sentido do espaço físico ter rampas ou banheiros adequados para pessoas com deficiência, mas, consiste numa junção de fatores que levem os docentes a saberem lidar com a diversidade.

A Base Nacional Curricular Comum - BNCC (2017) desenvolve uma política curricular nacional para identificar as necessidades de cada estudante para elaborar ou reformular seu currículo e com base nisso, cada instituição escolar pode elaborar seu projeto curricular de política de ensino ou sua proposta de ensino, levando em conta as necessidades, interesses e potencialidades de cada aluno.

Na busca sobre Educação Especial na BNCC, percebe-se que ela é citada poucas vezes no documento, e quando é citada não são feitas orientações ou recomendações específicas para a prática educativa nessa área. No que tange com Brasil (2018, p. 17) no trecho:

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (**Educação Especial**, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais. No caso da Educação Escolar Indígena, por exemplo, isso significa assegurar competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares. Significa também, em uma perspectiva intercultural, considerar seus projetos educativos, suas cosmologias, suas lógicas, seus valores e princípios pedagógicos próprios (em consonância com a Constituição Federal, com as Diretrizes Internacionais da OIT – Convenção 169 e com documentos da ONU e Unesco sobre os direitos indígenas) e suas referências específicas, tais como: construir currículo. (Brasil, 2018, p. 17).

A BNCC está no centro de conflitos, o que prenuncia o quão difícil é construir um sistema educacional equitativo e inclusivo nas escolas, levando-nos a pressionar políticas e currículos elaborados para isso, incentivar os indivíduos a cuidar da área, pensar e desenvolver para atender às necessidades de educação especial. Práticas de ensino para as necessidades dos alunos do público-alvo.

Para Miranda (2003) na efetivação de uma prática educacional com bons resultados, criar leis, decretos e portarias não são suficientes, não se trata de inserir o indivíduo na escola, mas de preparar o ambiente para recebimento deste, faz-se necessária a implantação de medidas e atitudes que demonstrem inclusão, para que a escola esteja prontamente preparada para atender alunos, independentemente de suas diferenças ou características individuais.

Segundo Bueno (1999, p.9):

Não podemos deixar de considerar que a implementação da educação inclusiva demanda, por um lado, ousadia e coragem, mas, por outro, prudência e sensatez, quer seja na ação educativa concreta (de acesso e permanência qualificada, de organização escolar e do trabalho pedagógico e da ação docente) ou nos estudos e investigações que procurem descrever, explicar, equacionar, criticar e propor alternativas para a educação especial. (BUENO, 1999, p.9)

É necessário, portanto, refletir sobre as discussões que fundamentam a política educacional nacional, observar todos os envolvidos neste contexto, observar as diferenças: sociais, políticas, linguísticas e culturais no contexto brasileiro, pois na realidade o objetivo da inclusão é para todos que buscam homogeneidade.

No capítulo seguinte iremos discutir sobre inclusão dos alunos no transtorno do espectro autista e o papel da escola para que esses processos de aprendizagem dos mesmos sejam de sucesso.

## **2.2 Escola e a inclusão**

Os processos educacionais são constituídos historicamente no Brasil, visando estabelecer elos entre as pessoas e a realidade, a fim de propiciar a transmissão de saberes acumulados pelos anos. Nessa perspectiva, a escola tornase uma instância de saber e de formação humana, objetivando a transmissão de saberes e a preparação do indivíduo para o exercício da cidadania (SEDF, 2000).

É papel da escola acolher todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, reforçar o combate às atitudes discriminatórias, no âmbito escolar do ensino regular e, assim sendo, respeitando o movimento de inclusão social. No entanto, mesmo com direitos

constitucionais, o tema é constantemente debatido em aspectos legais e educacionais.

Mesmo sendo um assunto bastante discutido, é um desafio árduo garantir de forma eficaz, o desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais na rede regular de ensino.

Com base na perspectiva Libâneo (1998, p.29):

“O professor medeia à relação ativa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno traz à sala de aula, seu potencial cognitivo, sua capacidade e interesse, seu procedimento de pensar, seu modo de trabalhar.”

Vygotsky (2006, p.113) em relação ao comprometimento dos profissionais do meio educacional “(...) o que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos, poderá fazer amanhã por si só. (...)”. Por isso, um profissional comprometido como uma educação inclusiva poderá obter resultados extraordinários no percurso de mediar o ensino do estudante autista e, conseqüentemente, alcançar os objetivos almejados nessa jornada de interação aluno - professor, pois a relação de afetividade e confiança entre ambos enriquece e contribui para o sucesso desse processo de inclusão, juntamente com a escola que deve estar preparada para receber e acolher da melhor forma esses alunos.

A inclusão educativa é certamente um caminho que devemos percorrer, sempre levando em conta as necessidades dos outros para que não haja preconceitos e injustiças no trato com a deficiência exige que a sociedade dê especial atenção a este tema.

Segundo Cavalcante (2005, p.24) a inclusão educacional é “(...) para todas as pessoas, sem exceção, (...) da pré-escola até o quarto grau.” Ainda pontua que “É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo” (CAVALCANTE, 2005, p. 24).

A inclusão educacional deve propiciar o acesso imediato e contínuo do aluno com deficiência ao espaço educacional e escolar comum, para que em conjunto com outros estudantes possam se desenvolver de maneira social e intelectual. Desta

maneira, a política de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular consiste na permanência física dos alunos junto aos demais educandos e no desenvolvimento do potencial dessas pessoas, respeitando suas limitações e atendendo às suas necessidades (GODOY, 2000).

Embora a visão da escola seja uma “educação para todos”, a sociedade ainda ver como uma maneira de “incluir as pessoas excluídas”. De acordo com Mantoan:

"A escola inclusiva deve ser um espaço onde todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou limitações, tenham oportunidades iguais de aprender e participar. A inclusão escolar não se trata apenas de colocar alunos com necessidades especiais na mesma sala de aula que seus pares, mas de criar um ambiente educativo que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento pleno de cada aluno. Isso requer mudanças na prática pedagógica, na organização escolar e no compromisso de todos os envolvidos no processo educacional." (MANTOAN, 2003, p. 45).

Conforme Vygotsky (2007), o professor é aquela pessoa que organiza o ambiente onde se forma o processo de aprendizagem, pois é no ambiente de sala de aula onde o aluno elabora e constrói seu aprendizado. Este espaço da escola torna-se peça fundamental no processo de aprendizagem, de responsabilidade do professor torná-lo o mais agradável possível, dessa forma que este ambiente irá gerar situações e irá produzir conhecimentos, caracterizando a figura do professor como um mediador e criador de situações de aprendizagem.

Schwartzman afirma como deve ser uma verdadeira inclusão em sala aula de aula com os estudantes que estão no transtorno do espectro autista:

"A verdadeira inclusão de alunos autistas na sala de aula requer um ambiente educacional que se adapte às necessidades individuais de cada aluno. Isso inclui o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas, recursos de comunicação alternativa, e a flexibilização do currículo. A inclusão eficaz também depende do preparo e da sensibilidade dos professores, da colaboração entre profissionais especializados e do apoio contínuo à família, promovendo um aprendizado significativo e a plena participação dos alunos autistas em todas as atividades escolares." (SCHWARTZMAN, 2013, p. 85).

No próximo capítulo veremos como o papel mediador do professor de língua portuguesa, e como essa mediação pode ser realizada.

### **2.3 O papel mediador do professor de língua portuguesa**

Para Paulo Freire, “O educador ou educadora como um intelectual tem que intervir. Não pode ser um mero facilitador” (2003, p. 177). O professor tem papel de grande importância como mediador e motivador do processo ensino e aprendizagem do seu educando.

Segundo Ferreira (2001), "Mediar é ser um facilitador, um intermediário que contribui para que os sujeitos se apropriem de conhecimentos, valores, atitudes e habilidades necessários à sua formação pessoal e social."

Em Vygotsky (1998), encontramos que o papel do professor é o de ser um mediador apresentando-se como um importante parceiro no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, alguém que motiva o aluno para a construção de seu próprio aprendizado e de seu ser.

Nesse contexto, Ferreira e Guimarães (2003) afirmam que:

Presencia-se a emergência de uma postura científica não mais limitada a situações simplificadoras, idealizadas, mas que coloca o indivíduo diante da complexidade do mundo real, o advento de uma ciência que permita a criatividade humana manifestar-se como expressão singular de um traço fundamental de todos os níveis da natureza (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 121).

Ao refletimos sobre o estudante com TEA, lembramos também no professor e suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, temos que analisar a experiência e a formação. A experiência profissional é uma questão fundamental no trato com esse educando. A formação de educadores representa um desafio frente a um sistema em mudança que se adapta a um mundo capitalista e às políticas governamentais.

No artigo 59º, inciso III da LDB, nomeia professores com especialização adequada em nível médio ou superior para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns.

De acordo com Libâneo (1994, p.88):

O trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo. Desse modo, percebemos uma inter-relação entre dois momentos do processo de ensino – transmissão e assimilação ativa – que supõe o confronto entre os conteúdos sistematizados, trazidos pelo professor, e a experiência sociocultural do aluno e por suas forças cognoscitivas, enfrentando as situações escolares de aprendizagem por meio da orientação do professor.

A ação e o planejamento docente são necessários para enfrentar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, pois as particularidades de cada indivíduo são avaliadas a partir do seu progresso, que é reconhecido progressivamente. É importante compreender que os estudantes precisam ser incentivados em todas as suas conquistas de aprendizagem para que possam desenvolver estratégias para avançar na sua aprendizagem e que se tornem mais confiantes.

Portanto, se os profissionais da educação não estiverem adequadamente preparados para a aula, a ausência de um ambiente que lhe proporcione segurança e conhecimento de forma interessante faz com que ele se desvie do caminho que deve trilhar para se tornar um cidadão crítico da sociedade no futuro.

Considerando que a interação social em sala de aula é uma parte fundamental da experiência do aluno e que através dela ocorre um processo de troca constante, é essencial que os professores encontrem maneiras de facilitar essa interação entre os estudantes com TEA, o que se torna uma tarefa importantíssima para promover um bom desenvolvimento da aprendizagem. A principal dificuldade para os alunos com autismo é a comunicação e interação, demandando assim uma atenção especial por parte do educador, juntamente com a implementação de estratégias didáticas e metodológicas, com o objetivo de criar um ambiente educacional que facilite a troca de interações e o progresso de todos os alunos.

Oliveira e Murad (2020, p. 619), afirma sobre o docente de língua portuguesa e autismo, diz que:

(...) embora esteja claro que esse papel seja de todos os docentes, sendo a Língua Portuguesa nossa principal forma de comunicação, torna-se importante que o docente da disciplina tenha atenção redobrada, contribuindo com o desenvolvimento da comunicação, facilitando o progresso dos alunos no sentido de compartilhar ferramentas e recursos a serem usados não somente no ambiente escolar, mas em todas as situações do convívio em sociedade.

Segundo Oliveira e Murad (2020, p. 623) “Conforme foi observado, a capacidade de socialização do ser humano está estreitamente relacionada com a capacidade de comunicação”. Com isso é necessário planejamento, estratégias e adaptação curricular para que o professor construa esses meios de socialização e comunicação baseado no perfil do seu estudante.

No capítulo seguinte discutiremos os processos metodológicos utilizados na pesquisa desse trabalho, os procedimentos adotados para coletas de dados e a técnica de análise utilizada no estudo.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa é de natureza qualitativa que na concepção de Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles confere a pesquisa qualitativa se caracteriza por apresentar uma preocupação em compreender um determinado fenômeno social, considerando as perspectivas que são apresentadas pelos sujeitos pesquisados, como a participação na vida dos mesmos.

A pesquisa que resultou neste trabalho monográfico, foi desenvolvida no primeiro semestre do ano letivo de 2024. A mostra pesquisada foram três (3) Professoras de língua portuguesa, atuante no ensino médio regular em escola estadual na cidade de Campina Grande-PB, que no ano de 2024, recebiam em suas respectivas turmas alunos com transtorno de espectro autista, que no ensino médio no turno da tarde possui cinco (5) estudantes matriculados com laudo do transtorno do espectro autista. A escola possui um total de oitocentos e cinquenta (850) alunos matriculados nos turnos manhã, tarde e noite, com ensino regular de fundamental II, médio e EJA.

Buscou-se nesta pesquisa de cunho qualitativo, identificar a partir das falas expressas pelos professores de língua portuguesa e por análise documental quais são os desafios e possibilidades no o exercício docente do ensino de língua portuguesa para o estudante autista e o papel do professor como mediador para seu educando.

Para coleta de dados utilizou-se como instrumento, um questionário pelo google forms contendo 8 questões direcionadas as professoras de português do ensino médio regular da escola pesquisada. Marconi e Lakatos (2006) assegura que a escolha pelo questionário é feita justamente por ser um meio facilitador da coleta dos dados.

Para Rosa e Arnoldi (2008), as entrevistas qualitativas apresentam algumas vantagens em relação a técnicas baseadas, por exemplo, em aplicação de questionários e formulários. Entre as vantagens, menciona-se a obtenção de grande



riqueza informativa e a possibilidade de intervenções mais direta, flexíveis e personalizadas.

De acordo com GIL (2006), a entrevista é uma forma de interação social, um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Segundo Oliveira (2007), a abordagem qualitativa exige uma relação dinâmica entre o mundo real, objetivo, concreto e o sujeito; portanto uma conexão entre a realidade cósmica e o homem, entre a objetividade e a subjetividade ou mais precisamente, na abordagem qualitativa o pesquisador deve ser alguém que tenta interpretar a realidade dentro de uma visão complexa, holística e sistêmica, visto que, todos os conceitos, teorias e descobertas são limitados e aproximados.

A pesquisa qualitativa, ao focar a expressão verbal dos atores sociais durante uma entrevista, proporciona uma compreensão mais profunda da realidade humana por meio de seus discursos. Esse método é particularmente adequado para investigações interessadas em compreender as percepções das pessoas sobre o mundo. Em resumo, a dinâmica específica de diálogo estabelecida durante uma entrevista de pesquisa facilita o acesso direto ou indireto às opiniões, crenças, valores e significados que indivíduos atribuem a si mesmos, aos outros e ao ambiente ao seu redor. Assim, a entrevista concede voz ao interlocutor, permitindo que ele compartilhe o que está presente em sua mente durante a interação com o pesquisador, resultando em um discurso compartilhado entre ambos os participantes: o pesquisador e o entrevistado.

No próximo capítulo iremos discutir as respostas encontradas no questionário aplicado na Escola Estadual Senador Humberto Lucena, com as três professoras de língua portuguesa do ensino médio regular.

### **3.1 Resultados e discussões**

Os resultados a seguir irão refletir como ocorre o processo de aprendizagem dos alunos com transtorno de espectro autista numa perspectiva inclusiva nas aulas de língua portuguesa na escola estadual em Campina Grande-PB. As informações coletadas servirão de base para um conhecimento e uma reflexão coletiva sobre

como esse processo tem ocorrido e como pode resultar numa aprendizagem significativa.

Na primeira pergunta buscou-se saber sobre a formação e tempo de atuação no ensino médio, todas as três formadas em letras – português e com anos de atuação no ensino médio.

**Tabela 2-** Questionário sobre as professoras

<b>Formação</b>	<b>Tempo de Serviço</b>
Graduada em Letras.	29 anos
Graduada Letras-Português pela UEPB.	4 anos
Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Mestra pelo PROFLETRAS.	10 anos

**Fonte:** Produzido pela autora / 2024

A parti das respostas observou-se quê apesar das docentes terem um bom tempo em sala de aula, ainda há certa dificuldade em trabalhar e desenvolver o ensino de língua portuguesa para os estudantes que estão no espectro autista, de como eles possam aprender na sala de aula regular e que seja enriquecedor para todos. De acordo com Mantoan:

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos (MANTOAN, 2003, p.16).

A experiência das professoras é necessária para o desenvolvimento de um ensino de qualidade, como afirma Grabois:

[...] com esse desafio de educar a todos que a educação é construída, com desconstrução e dificuldades para dar espaço a uma nova proposta, onde aprender na mesma sala de aula, além de legítimo, passa a ser enriquecedor para todos da escola (GRABOIS, 2010, p.43).

Na segunda pergunta buscou-se entender como as professoras enxergam a inclusão de alunos autistas em sala de aula.

Obtivemos as seguintes reflexões<sup>1</sup>:

*A inclusão é necessária, mas dependendo do nível não é um relacionamento fácil. Eu mesma sinto dificuldade em lidar com alguns porque eles nem sempre estão acessíveis (Professora 1).*

*É fundamental que os alunos autistas sejam incluídos e participem ativamente das atividades propostas em sala de aula. (Professora 2)*

*Muito importante, porém complicado para nós professores que não possuímos nenhuma formação específica para lidar com esse público. (Professora 3)*

A partir das respostas, observa-se uma concordância na necessidade desse trabalho, porém fica evidente a falta de formação específica que pode comprometer a qualidade do ensino ofertado. Conforme as pesquisas de Volkmar e Wiesner (2019, p.01) trazem discussão sobre a ausência de habilidade do autista em se relacionar:

*Autismo é um transtorno que compartilha déficits significativos na interação social como sua principal característica definidora. Esse déficit social é bastante severo, e sua gravidade e seu início precoce levam a mais problemas gerais e disseminados tanto na aprendizagem como na adaptação. (VOLKMAR E WIESNER 2019, p.01)*

Diante disso, é fundamental a inclusão e socialização para diminuir esse déficit, porém a partir das respostas obtidas é possível observar que todas acham importante e necessária essa inclusão, mas tem dificuldade de ter um relacionamento com esse aluno, que ele participe ativamente das atividades propostas em sala de aula e que não possuem formação específica para lidar com esse público. Portanto, é importante ressaltar que o envolvimento da família e do

---

<sup>1</sup> De acordo com as questões éticas, iremos apenas mensurar as respostas destacando apenas por Professora 1, 2 e 3.

professor deve ser baseado na empatia, no respeito às diferenças e na capacidade de valorização e o potencial dos alunos.

Na terceira pergunta conseguimos analisar qual é a importância da sensibilização dos colegas de classe para promover um ambiente inclusivo para alunos com TEA, foi visto que as docentes tem essa ação como algo necessário para desenvolver suas habilidades e competências com mais autonomia, mas que também em alguns casos o próprio estudante com TEA não permitia esse contato.

*Já tive caso em que o autista muito simpático e extrovertido conseguiu cativar os colegas da sala, mas também outros casos em que os colegas de classe não tiveram êxito porque o aluno autista não permitia contato (Professora 1).*

*A sensibilização e o respeito dos colegas são elementos primordiais para a que a inclusão seja efetivada com sucesso.*

*É extremamente importante que os demais alunos possam conviver respeitosamente com os alunos autistas, assim eles podem desenvolver suas habilidades e competências com mais autonomia.*

A sensibilização já foi apontada como fator preponderante para inclusão, conforme o estudo de Menezes afirma que:

Uma inclusão realizada sem as devidas ponderações a respeito de todo o contexto em questão, pode se tornar a mais perversa das exclusões. Aquela que acontece dentro do ambiente escolar, em que o aluno é mantido na escola e ainda assim não consegue evoluir em seu processo. Em síntese, mediante minha experiência e análise do conteúdo teórico, pode-se dizer que para que o processo de inclusão escolar de alunos com autismo seja bem-sucedido é preciso atender a três condições básicas. São elas: 1). Conhecer e estudar as características comuns às pessoas com autismo; 2). Definir a forma de atendimento educacional a ser ofertado, concomitantemente com a turma comum e 3). Desenvolver estratégias adequadas de atuação pedagógica em sala de aula, respondendo às necessidades educacionais especiais de alunos com autismo, as quais devem ser avaliadas sistematicamente (MENEZES, 2012, p. 53).

Sendo assim, juntos, estes intervenientes no processo de integração escolar podem construir um ambiente educativo mais equitativo e promover o desenvolvimento holístico e participativo de todos os alunos. Como promotora do processo inclusivo, a escola deve estar preparada para atender os alunos individual e coletivamente, buscando o desenvolvimento pessoal e a construção social. Os professores também precisam estar preparados porque, para serem inclusivos, devem compreender a inclusão e compreender o seu próprio contexto.

Na quarta pergunta buscou-se compreender quais foram os maiores desafios de lecionar língua portuguesa para estudantes que estão no transtorno de espectro autista (TEA) no decorrer de sua carreira. E em suas respostas foi possível perceber como a alfabetização desses alunos são falhas, que chega ao ensino médio com dificuldade de acompanhar a turma neurotípica, letra ilegível, dificuldade na compreensão dos conteúdos, na leitura e escrita.

*Problemas com caligrafia ilegível, em que às vezes nem mesmo o próprio aluno autista não conseguia entender o que estava escrito. (Professora 1)*

*Sem dúvidas, meu maior desafio foi, e tem sido, ensinar o texto dissertativo-argumentativo para alunos com TEA, tendo em vista a complexidade do gênero. (Professora 2)*

*O maior desafio é quando o aluno autista não está alfabetizado. Fica difícil o professor desenvolver essa alfabetização, diga-se de passagem: tardia, quando não está preparado para isso. Tenho alunos autistas que acompanham tranquilamente a turma, desenvolvendo as propostas de atividades com maestria. Porém quando esse aluno tem um autismo moderado ou severo e não possui as habilidades e competências para estar naquela turma/ano, me sinto perdida no como conduzir e/ou oferecer situações didáticas nas quais ele possa atuar a fim de alcançar os avanços necessários a sua aprendizagem. (Professora 3)*

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta os objetivos de aprendizagem da Língua Portuguesa, divididos em eixos, dentro deles o eixo leitura tem seis dimensões destacadas:

Compreensão de textos lidos e reflexões sobre suas finalidades e os contextos em que foram produzidos; desenvolvimento das habilidades e estratégias de leitura necessárias à compreensão dos textos; uso de recursos linguísticos; ampliação do vocabulário, a partir do contato com textos e obras de referência; reconhecimento de planos enunciativos e da polifonia, identificando diferentes vozes presentes nos textos; reflexões relativas às temáticas tratadas nos textos. (1998 p. 376)

A BNCC manter um enfoque no desenvolvimento da capacidade cognitiva do aluno e todo o ensino deve ter condições para que a capacidade de uso da linguagem desenvolva-se de forma eficaz, mas quando se trata de alunos no espectro autista diante das respostas obtidas essas habilidades não são garantidas e estes estudantes atípicos chegam ao ensino médio com muitas dificuldades que não permite os mesmos a acompanhar os conteúdos ministrados.

Na quinta pergunta procurou-se descrever como é adaptado o plano de ensino para atender às necessidades específicas dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA) em sala de aula de língua portuguesa no ensino médio, a partir das respostas é possível observar que apesar de fazerem adaptações em suas aulas, materiais e possuir na escola um setor de AEE (Atendimento Educacional Especializado), as professoras sentem dificuldade de encontrar a melhor forma de oferecer um ensino de qualidade para o aluno atípico.

*Não sei lidar com as adaptações. Tento chegar perto, explicar individualmente, pedir para ele ler a atividade. (Professora 1)*

*Meu plano é bastante flexível e tento, dentro do possível, explorar as habilidades que meus alunos autistas apresentam ao decorrer do ano. Não é uma tarefa fácil. Muitas vezes me pego cheia de dúvidas sobre qual seria o método mais eficaz. A verdade é que não somos preparados para isso e aprendemos na própria sala de aula, na troca e no convívio com os nossos alunos. (Professora 2)*

*Depende dos alunos que eu esteja trabalhando naquela série/ano. Em alguns momentos não há adaptações, pois o aluno autista se desenvolve muito bem com a metodologia da turma. Mas caso o aluno necessite de atividades adaptadas, um ambiente mais tranquilo para desenvolvê-la, aí procuro ajuda com o setor de AEE (Atendimento Educacional*

*Especializado). Este serviço é oferecido na escola a fim de acompanhar esses alunos atípicos, independente de sua deficiência. (Professora 3)*

É necessária a partir das respostas observadas uma melhor didática, para alcançar os objetivos de uma aprendizagem de qualidade, baseado no estudo de Mantoan:

"A didática inclusiva se fundamenta na crença de que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou dificuldades, têm o direito de aprender juntos no mesmo ambiente escolar. A prática pedagógica inclusiva requer a adaptação de métodos e materiais para atender às necessidades diversificadas dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado acolhedor e participativo." (MANTOAN, 2003, p. 58).

Essa adaptação de didática inclusiva deve ser feita em conjunto com professores, gestão e profissionais do AEE. É incumbência do docente responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) “[...] orientar os professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno”, conforme o artigo 13, item VI. É fundamental que a equipe trabalhe em conjunto com o profissional do AEE. De acordo com o PNEEPEI:

"O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço de suma importância para a inclusão escolar, oferecendo suporte pedagógico específico aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Os profissionais de AEE desempenham um papel crucial na identificação das necessidades educacionais desses alunos, na elaboração de planos educacionais individualizados e na mediação de recursos pedagógicos e tecnológicos que favoreçam o aprendizado e a participação efetiva de todos na escola regular." (BRASIL, 2008, p. 15).

Na sexta pergunta procurou-se entender quais os mecanismos que as docentes utilizam para desenvolver a comunicação com o estudante autista, que segundo o estudo de Schwartzman:

"A comunicação eficaz entre professores e alunos autistas é essencial para o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. Professores precisam estar atentos às particularidades de cada aluno, utilizando estratégias e recursos que facilitem a compreensão e a expressão, como o uso de imagens, sistemas alternativos de comunicação e adaptações no ambiente escolar. A construção de um vínculo de confiança e respeito é fundamental para que o aluno autista se sinta seguro e motivado a participar das atividades escolares." (SCHWARTZMAN, 2013, p. 72).

Com base nas respostas obtidas, as professoras conversam individualmente com os seus alunos, diálogos que os mesmo se sintam à vontade para conversar com a professora e colegas, e trabalham também com atividades orais a fim de desenvolver a comunicação.

*Conversa individualmente. (Professora 1)*

*Busco sempre estabelecer diálogos despretensiosos, de modo que eles se sintam à vontade para se comunicar comigo e com os colegas. Procuo sempre valorizá-los em suas habilidades, na busca de fazê-los parte do processo de aprendizagem. (Professora 2)*

*Atividades que evidenciem a oralização e escrita das suas impressões e possíveis desafios e caminhos tomados para soluções durante a execução das atividades. (Professora 3)*

Na sétima pergunta buscou saber como as docentes avaliam o processo de aprendizagem do educando com TEA no último ano (2023), que de acordo com do estudo de Camargo e Bossa:

"Os professores frequentemente relatam que acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante o ano letivo é desafiador, mas também gratificante. Muitos educadores observam que, apesar das dificuldades iniciais de comunicação e adaptação, os alunos com TEA podem apresentar progressos significativos quando recebem suporte adequado e individualizado. A colaboração entre professores, profissionais de AEE, pais e outros



especialistas é fundamental para promover um ambiente de aprendizado inclusivo e efetivo." (CAMARGO; BOSA, 2012, p. 98).

Diante disso, foi visto nas respostas que as professoras da escola no ano letivo de 2023 tiveram satisfação, apesar de alguns conteúdos não foram totalmente compreendidos, causando lacunas na aprendizagem dos educando para as próximas séries, e mais uma vez ressaltam a falta de preparo como profissional que atende esse público.

*Alguns conseguem realizar as Atividades propostas, compreendem os conteúdos; outros não têm progresso, não conseguiam resolver os assuntos programados. (Professora 1)*

*Foi um processo que poderia ser bem melhor, considerando o baixíssimo preparo dos profissionais (me incluo nessa crítica), que, embora tenham boa vontade e disposição para aprender, não possuem o conhecimento necessário para potencializar as habilidades dos educandos com TEA. (Professora 2)*

*Acredito que foi satisfatório. (Professora 3)*

E na oitava pergunta procurou entender as estratégias pedagógicas utilizadas para a disciplina de língua portuguesa de cada professora entrevistada.

*Atendimento individual, reescritura da Atividade, leitura oral. (Professora 1)*

*Partir dos conhecimentos dos alunos para construir novos saberes;  
Dinamizar o processo de ensino-aprendizagem a partir da aprendizagem por pares;  
Executar projetos anuais concernentes à arte cinematográfica e à linguagem audiovisual em sua interface com problemas sociais contemporâneos. (Professora 2)*

*Utilizo textos multissemióticos para estimular o interesse pela leitura não focando apenas nos elementos verbais; proponho atividades práticas com jogos, montagem de cartazes, mapas mentais, pois creio que ajudam na hora de organizar e registrar o que foi aprendido. Atividades em duplas e/ou em grupos também são muito boas para o autista interagir com os colegas e*

*com o assunto abordado. Agora como dito anteriormente, cada aluno único, devemos analisar suas limitações e suas possibilidades de avanço, não apenas em questões de aprendizagem, mas a sociabilidade que esse aluno tem e que pode ou não trabalhar, as questões com a linguagem, como se expressa, o que gosta de expressar... Enfim, cada caso é um caso.*  
(Professora 3)

Com as respostas entendemos que cada docente tem sua forma de personalizar e aplicar o currículo para atender às necessidades individuais que é crucial levar em consideração o progresso de aprendizagem de cada indivíduo. Baseado nas ideias de Oliveira, Araújo e Silva:

Assim, cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com deficiência. Para que os objetivos do processo de inclusão sejam alcançados, deve haver mudanças nesse processo dentro do contexto escolar, que são realizadas através da reflexão comprometida e responsável pelos envolvidos referente à realidade inclusiva. (OLIVEIRA, ARAÚJO & SILVA, 2019, p,02).

A flexibilidade de conteúdo permite que os alunos atípicos alcancem todo o seu potencial e desempenha um papel fundamental na promoção do seu sucesso escolar. Devem ser evitados textos longos e em linguagem complexa, é importante que o material seja claro e objetivo e as frases curtas e diretas. Recomenda-se trabalhar temas de interesse dos estudantes com transtornos do espectro do autismo para incentivá-los a realizar as atividades sugeridas. Para tornar a tarefa mais envolvente, é importante explorar uma variedade de recursos visuais, como imagens, fotos e desenhos. É importante reduzir o uso de distrações para garantir que os alunos entendam o conteúdo.

No capítulo a seguir iremos discutir sobre as considerações finais obtidas com a pesquisa e levantamento de dados desse trabalho para conclusão de curso.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é necessário ponderar sobre os inúmeros desafios presentes no processo de aprendizagem. Contudo, torna-se indispensável uma adaptação da proposta pedagógica para atender a esse público específico. Essa adaptação é relevante para a atuação do professor nas salas de aula, sendo importante que o docente esteja familiarizado com o espectro do autismo, realizando sondagens sobre o nível de aprendizagem de cada aluno. A elaboração do planejamento das aulas deve ser direcionada a partir das dificuldades individuais de cada estudante, com o intuito de promover a inclusão e criar um ambiente propício para a aquisição de conhecimento.

Com base nos resultados apresentados, é possível derivar as seguintes conclusões:

A inclusão é um direito inalienável da pessoa com TEA, e, portanto, deve ser respeitada como uma medida essencial;

A principal ferramenta reside no conhecimento do educador sobre o transtorno do espectro autista. Tornando-se imperativo buscar compreensão aprofundada sobre o tema, visto que essa compreensão é importante para a adequação do conteúdo. Isso é essencial para o efetivo progresso no processo de aprendizagem. Também como estratégias de ensino para trabalhar o que o aluno tem interesse utilizando na forma de ministrar os conteúdos.

É necessário que os professores trabalhem em parceria com os profissionais da sala de Atendimento Educacional Especializado, para que obtenham sucesso no processo de aprendizado dos estudantes que estão no transtorno do espectro autista, compreendendo a individualidade de cada um deles.

É importante modificar o projeto político pedagógico das licenciaturas de modo que os futuros docentes não passem pelas mesmas dificuldades dos docentes atuais, compreendendo as demandas por adaptação de materiais para alunos com deficiência.

Nesse contexto, é fundamental que o professor tenha formações continuadas sobre o tema e esteja ciente do grau de autismo de seus alunos, planejando suas aulas de maneira personalizada. Mas que os professores também procurem cursos para contribuir em sua prática escolar. O foco deve ser não apenas

nos conhecimentos relativos aos conteúdos curriculares, mas também na promoção do desenvolvimento da cidadania dos estudantes. Dessa forma, busca-se construir um cenário educacional que contribua efetivamente para o crescimento e aprendizado, visando à inclusão e à formação integral dos alunos.

O objetivo deste estudo não foi apenas tirar conclusões sobre o tema, mas sim desencadear novas discussões em torno de como os professores pode conseguir êxito no ensino de seus alunos atípicos.

## REFERÊNCIAS

- BRAGA, Paola Gianotto. **Cartilha transtorno do espectro autista** [recurso eletrônico] / Paola Gianotto Braga, Stéfani Quevedo de Meneses dos Santos e Adriana A. Burato Marques Buytendorp. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2019.
- BRASIL. **Constituição (1988) da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. Brasília, DF: Senado Federal, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília//; SEESP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.
- BRASIL. **Saberes e práticas de inclusão: estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais**. Brasília: MEC: SEESP; 2003.
- BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEF, 1977.
- CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. **Inclusão Escolar e Autismo: Repensando a Escolarização**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- CAVALCANTE, M. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. In: Revista Nova Escola, maio/2005.
- DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Editora: DP & A, 2008.
- FERREIRO, Emília. **Mediar: Palavra Derivada do Latim ‘mediare’**. Em: Reflexões sobre alfabetização. (p. 45-53), Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- GODOY, M. F. R.; INES, Divisão de Estudos e Pesquisas (Org.). **Formação de Profissionais na Educação Especial** In: Seminários Desafios para o próximo milênio. Rio de Janeiro: CIP, 2000.

GRABOIS, Claudia. **Orientações sobre a inclusão de alunos com transtornos globais**. 2010. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/33332487/Orientacoes-Sobre-a-Inclusao-do-Aluno-com-Transtornos-Globais-do-Desenvolvimento-14-de-Junho-de-2010> > Acesso em: 01 de Maio de 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p. ISBN 978-85-224-4878-4.

MENEZES, A. R. S. de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, E, A; MURAD, C. R. R. O. Comunicação verbal em língua portuguesa e inclusão escolar do adolescente com autismo. **Revista Iniciação & Formação Docente**, Uberaba, MG, v. 7, n. 3, p.615 a 629, 2020.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCHWARTZMAN, J. S. **Autismo: Entendendo os Transtornos do Espectro Autista**. São Paulo: Memnon, 2013.

TOMATIS, A. A. **Informações sobre o Autismo**. (Tradução do texto original “Informatiossur Autisme”, Paris, fevereiro de 1986, por Maria de Fátima Moreira). *Sonhar - Comunicar Repensar a diferença*, I, 109-120. Set/ dez de 1994.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

VOLKMAR, F.; WIESNER, L. A. **Autismo: guia essencial para a compreensão e o tratamento**. Porto Alegre: Artmed, 2019. p. 356.

VYGOTSKY, L. S. (1998). **Pensamento e linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S. (2007). **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

### Questionário

- 1) Qual sua formação e tempo de atuação no ensino médio?
- 2) Como você enxerga a inclusão de alunos autistas em sala de aula?
- 3) Qual é a importância da sensibilização dos colegas de classe para promover um ambiente inclusivo para alunos com TEA?
- 4) No decorrer de sua carreira quais foram os maiores desafios de lecionar língua portuguesa para estudantes que estão no transtorno de espectro autista (TEA)?
- 5) Como você adapta seu plano de ensino para atender às necessidades específicas dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA) em sala de aula de língua portuguesa no ensino médio?
- 6) Quais os mecanismos que você utiliza para desenvolver a comunicação com o estudante autista?
- 7) Como você avalia o processo de aprendizagem do educando com TEA no último ano (2023)?
- 8) Cite algumas estratégias pedagógicas que você utiliza para a disciplina de língua portuguesa.

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE LETRAS, LINGUÍSTICA E ARTES - FALLA  
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Prezada Professora,

Convidamos Vossa Senhoria a participar de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulada: “O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ESTUDANTE AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO EXERCÍCIO DOCENTE”, desenvolvida por Débora Vieira de Sousa, aluna do Curso de Licenciatura em Letras - Português, sob a orientação do Prof. Me. Diego Lima dos Santos Silva. O objetivo da pesquisa é destacar os principais desafios enfrentados pelos professores de língua portuguesa no que tange a aplicação dos conteúdos para estudantes que estão no transtorno do espectro autista.

Esclarecemos que sua participação no estudo é totalmente voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, e todos os dados fornecidos até então serão excluídos e não aparecerão no estudo em destaque.

Por fim, caso decida contribuir, agradecemos sua colaboração para responder este questionário, bem como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na metodologia do meu TCC. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome e a instituição em que você trabalha serão mantidos em sigilo.

Estarei à disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

( ) Estou de acordo:

\_\_\_\_\_

( ) Não estou de acordo.

Data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_